

TORRE DAS DONZELAS E VOLTO SEMANA QUE VEM: MEMÓRIAS DA RESILIÊNCIA FEMININA NO CÁRCERE

CRISTINA NAPP DOS SANTOS¹; CLÁUDIA LORENA VOUTO DA FONSECA²

¹Universidade Federal de Pelotas – cristinanapps@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – claudialorena@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em um contexto de guinada subjetiva (SARLO, 2007), quando todos estão estimulados a contar passados silenciados (ACHUGAR, 2006), vemos um número crescente de obras fílmicas e literárias que giram em torno da ditadura que assolou a América Latina a partir dos anos 60. Documentários como *Uma longa viagem* (2011), *Em busca de Iara* (2013) de Flavio Frederico e Mariana Pamplona e *Os dias com ele* (2013) de Maria Clara Escobar e romances como *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher, *Azul corvo* (2010) de Adriana Lisboa e *O corpo interminável* (2019) de Claudia Lage demonstram que as mulheres têm assumido um papel de relevância nesse tipo de produção. Além disso, muitas revelam a atuação feminina nos grupos clandestinos que combatiam o regime, rompendo com a ideia de uma história *viril* e estritamente masculina.

Entre as obras que se inserem nesse processo, destacamos o filme documental *Torre das donzelas* (2018) de Susanna Lira e o romance *Volto semana que vem* (2015) de Maria Pilla. Sintomas de um tempo que demanda correção histórica (COLLING, 2004) e reivindica o discurso de sujeitos excluídos dos discursos ditos oficiais, ambos os trabalhos focam na experiência do cárcere feminino durante os anos de chumbo, revelando a cotidianidade daquelas que enfrentaram o horror de perto. A partir deles, buscamos refletir acerca da participação das mulheres nos movimentos contrários à ditadura, das relações estabelecidas entre as presas e a importância de tais relatos virem a lume no momento corrente.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se realiza pelo levantamento de fontes teórico-críticas e análise do texto verbal do documentário e do romance. GENETTE (2006) aponta para o fato de que a literatura e demais expressões artísticas, alimentam-se de quaisquer referências que possam dialogar, engrandecer e transformar as obras. Considerando esse aspecto, bem como a mobilidade garantida pela Literatura Comparada (CARVALHAL, 2003) alia-se a esta leitura estudos do campo da historiografia e da própria crítica literária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dirigido pela renomada cineasta carioca Susanna Lira, *Torre das donzelas* é um documentário que reúne relatos de um grande número de ex-presas políticas que foram encarceradas no presídio *Tiradentes* na cidade de São Paulo. Longe de ser um sucessão de entrevistas, o filme se trata de um encontro, com as companheiras e com o passado, no qual um cenário que alude ao espaço de confinamento funciona como um dispositivo da memória. É nesse local que as mulheres dialogam sobre uma infinidade de temas, dentre os quais se sobressaem,

num primeiro momento, a tortura e o machismo perpetrado tanto pelos agentes repressivos quanto pelos companheiros da organização. COLLING (2004) explica que mais que uma opositora ao regime, a mulher envolvida na militância significa uma subversão dos valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para as decisões políticas, embora elas se constituíssem como uma importante massa de manobra (TELES, 2014). Em determinado momento, uma das entrevistadas lembra que ela se espelhava nas mulheres “que carregavam as armas dos revolucionários franceses, dos maquis ou espanhóis da guerra espanhola” (TORRE, 2018, 30’ 02”). Ou seja, mesmo ela parece não ver um papel de liderança nas mulheres no âmbito do confronto armado. De fato, elas dificilmente ganhavam um papel na direção dos movimentos, havia a crença de que elas engajavam-se por influência de figuras masculinas, sobretudo maridos ou namorados, não por opção ou por de fato acreditarem em seus ideais (INSUELA, 2011). Além disso, as mulheres relataram serem consideradas emocionalmente mais sensíveis, fisicamente fracas e incapazes de atuarem nas guerrilhas, uma vez que menstruavam e poderiam engravidar. Nesse sentido, COLLING (2004) reflete que “não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens” (p. 8). Essa percepção é vista pela historiadora como um dos motivos pelos quais seja tão raro encontrar uma dirigente feminina nos grupos clandestinos. Essa ideia é reforçada quando ela sustenta que “as mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar do poder no mundo político é reservado aos homens” (COLLING, 2004, p. 3).

Por outro lado, diálogos acerca do dia a dia no conjunto de celas e o sentimento de coletividade e solidariedade entre as presas assumem uma dimensão maior do que a narração da dor. Isso acontece porque elas transformaram o espaço, apropriaram-se do tempo e utilizaram-no para estabelecer vínculos, aprender com o convívio e reintegrarem-se enquanto sujeitos. Assim, há também uma ideia de *empoderamento*, compreendido como “uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade” (COLLING, 2004, p. 6). Isso fica evidente quando atrizes encenam o momento em que algumas presas olharam o próprio sexo pela primeira vez.

Mais de quarenta anos após a demolição do presídio é ali nesse ambiente ficcional, cercadas de suas iguais, tal como aconteceu quando ficaram sob tutela do Estado, que elas encontram acolhimento para seus relatos. “Passado um tempo subjetivo em que silêncio e estupor são as únicas reações possíveis ante o evento traumático, as vítimas e testemunhas se põem a falar. [...] É preciso compartilhar o acontecido com o outro, os outros” (KEHL, 2014, p. 15). No entanto, para que esse compartilhamento se concretize a escuta se faz necessária, exigindo que ocupemos o lugar de testemunhas no sentido de ouvir a narração do outro e fazer a uma tomada reflexiva do passado de modo que ele não se repita (GAGNEBIN, 2006).

Para além desse caráter terapêutico, como pontua ROVAL (2013) esse ato de fala apresenta-se como um caminho “para que elas possam entrar em cena na chamada ‘grande história’, em que geralmente estiveram invisíveis, dela foram relegadas à vida privada, ou simplesmente situadas nos bastidores de lutas atribuídas aos homens” (p. 111). Diante da escassez de tais relatos e da dificuldade de encará-los como uma memória coletiva, as produções artísticas atuam como “arquivo da ditadura” (FIGUEIREDO, 2017) por se configurarem como um dos principais registros das experiências relegadas ao esquecimento. Em seu primeiro capítulo, Figueiredo evoca a ideia de rastro de Benjamin, e vê na ficção uma

possibilidade de elaboração dos traumas e do luto. Mais do que isso, a literatura – e aqui achamos lícito estender essa perspectiva para os demais campos da arte -, de acordo com ela, teria um maior impacto do que documentos oficiais e textos historiográficos.

Assim, valendo-se da ficção, a porto-alegrense Maria Pilla também sai dos bastidores para entrar em cena em seu romance de estreia *Volto semana que vem*. Nele, a autora mescla lembranças, pesquisas, invenções e relatos de terceiros em um livro dividido em cinquenta e seis pequenos excertos que não respeitam uma cronologia linear. Embora a autora tenha sido presa na Argentina apenas em 1975, seu conjunto de fragmentos está datado entre 1953 e 2011, de modo que seu recorte temporal nos permite vislumbrar um momento anterior ao golpe, a ruptura causada por ele e as marcas indelévels do período ditatorial na autora e no tecido social. Mais do que isso, ao falar de uma infância ainda sob os efeitos da Era Vargas, perpassando Juscelino, a juventude durante a ditadura, prisão, tortura, exílio e os movimentos de redemocratização até o governo de Dilma Rousseff, Pilla nos oferece um breve panorama da nossa própria história. Além disso, sublinhas as relações entre as ditaduras do Cone Sul e das próprias organizações de esquerda.

Assim como acontece no filme de Lira, Pilla também foca no cotidiano dos dois presídios onde esteve, a necessidade de estabelecer uma rotina e as estratégias para dar um tom de casa a um ambiente hostil como o da cadeia. Embora haja em tais relatos um humor sutil, a narrativa não minimiza o trauma legado pela ditadura. Ao longo do livro ela aborda a busca por justiça das famílias dos mortos e desaparecidos, o assassinato de Carlos Marighela, fuzilamentos que ocorriam à luz do dia, os voos da morte e outros episódios que marcaram a história truculenta da América Latina. É especialmente nesses fragmentos que a autora se vale da fabulação para retomar eventos históricos. Mais do que isso, ela nos aproxima dos personagens, nos mostra as implicações do coletivo na esfera individual e, dessa forma, atinge o efeito de comoção próprio da literatura (FIGUEIREDO, 2017).

4. CONCLUSÕES

As relações estabelecidas entre as mulheres que dividiam o confinamento estavam de acordo com o esperado por uma construção social do feminino, que vincula a mulher ao papel de cuidadora. Por isso, filme e livro falam de uma prisão que só poderia ser de mulheres. Céli Pinto (2018) sustenta que é a mulher também quem gerencia e, por vezes, sustenta a família. Assim, o fato de tanto na Argentina quanto no Brasil as presas terem uma rotina organizada, bem como a preocupação em envolver todo o grupo em tarefas domésticas, momentos de lazer, cultura e ócio, também se coloca no ordem do feminino. Essa preocupação com acolhimento faz com que as prisões sejam lembradas como locais de recomposição no qual violência e benevolência, isolamento e partilha dividiam o mesmo espaço. Nesse sentido, cabe dizer que mais do que uma memória da truculência do autoritarismo, ambas as produções tratam de uma memória de resiliência. O termo emprestado das ciências exatas, diz respeito à capacidade que alguns materiais carregam de retomar a forma original depois de submetidos a algum impacto. Contudo, as mulheres de quem filme e livro nos falam não foram, tampouco poderiam ser, as mesmas após experimentarem as sevícias dos agentes do regime. Há uma ruptura indelével representada em ambas as obras. No entanto, todas se sobrepuseram ao trauma, conseguindo narrar o passado com leveza e se orgulhando em acreditar que manter o riso e os vínculos afetivos é também uma forma de vitória sobre a ditadura.

Por fim, é importante pontuar que as duas narrativas emergem em um momento em que uma sirene se acende indicando um aceno ao autoritarismo. Desde 2015, além de termos perdido direitos, temos visto frequentes ataques a espaços que incentivam o pensamento crítico e criativo. Esses se manifestam desde a mecanização da educação até cortes de verbas e desmoralização das universidades públicas e entidades culturais. Junto a outras centenas de narrativas que surgiram nesse mesmo período, suplicam um olhar cauteloso ao passado. É a partir desse olhar, que ao possibilitar novas compreensões do cadáver insepulto que é nossa história, criaremos antídotos à desumanidade e à indiferença.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHUGAR, H. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- CARVALHAL, T. F. **O Próprio e o alheio**: ensaios de Literatura Comparada. São Leopoldo: Unisinos, 2003
- COLLING, A. M. As mulheres e a ditadura. In: **História em revista**. V. 10, n.p., 2004.
- FIGUEIREDO, E. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Extratos traduzidos do francês por Luciene Guimarães e Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: PostLit –FALE/UFMG, 2006.
- INSUELA, J.B.R. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil, 1968/1971)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- KEHL, M. R. A ironia e a dor. In: KUCINSKI, B. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- PILLA, M. **Volto semana de quem**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- PINTO, C. R. J. Os partidos, as esquerdas, as mulheres e a democracia: entrevista com Céli Regina Jardim Pinto. Entrevista concedida a Douglas Souza Angeli e Paula Vanessa Paz Ribeiro. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 380-389, 2018.
- ROVAI, M. G. O..O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 108 – 132, 2013.
- SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- TELES, M. A. A.. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p.9-18, jun. 2014.
- TORRE das donzelas. Direção: Susanna Lira. Brasil: Modo Operante Produções, 2019.